

### **Apoios Financeiros**

#### **24. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.**

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) União de Freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 1 422,52€, para apoiar a “Pintura interior do cemitério de Pousada”;
- b) União de Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos, no valor de 336.278,63€, para apoiar a “Requalificação do adro e do parque da Igreja Paroquial de Merelim” (S. Pedro);
- c) Junta de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, no valor de 11.448,00€, para a realização da “Requalificação da Rotunda da Rua Frei José Vilaça (Igreja de Ferreiros)”;
- d) Junta de Freguesia de Adaúfe, no valor de 24.541,92€, para a realização da “Trabalhos realizados em terreno adjacente à Rua do Parque Industrial de Adaúfe”;
- e) Junta de Freguesia de Adaúfe, no valor de 2.964,57, para “Prolongamento da rede de águas pluviais na Av. Imaculada Conceição”;
- f) União de Freguesias de Guisande e Oliveira (S. Pedro), no valor de 3.309,00€, para “Trabalhos realizados de limpeza e reparação de buracos”
- g) União de Freguesias de Arentim e Cunha, no valor de 300.000,00€, para a “Ampliação do Cemitério de Arentim”;

- h)** Junta de Freguesia de Tadim, no valor de 16.960,00€, para a realização de “Realização de espaço verde no loteamento da Rua da União”;
- i)** União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães, no valor de 3.100,00€, para a Substituição de abrigo de passageiros na Rua da Bouça – Merelim S. Paio;
- j)** União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no valor de 9 024,01€, para apoiar o “Reforço de Verba - Projeto – “Centro De Atividades De Lamações”;
- k)** União de Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos, no valor de 5.212,19€, para Intervenções na Piscina de Merelim S. Pedro;
- l)** União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, no valor de 5.546,81€, para Intervenções na Piscina de Nogueiró;
- m)** União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, no valor de 19.525,09€, para Intervenções na Piscina de Dume;
- n)** Junta de Freguesia de Tebosa, no valor de 1.150,00€, para a Instalação de videoporteiro na EB1 de Tebosa;
- o)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, no valor de 8 878,02€, para apoiar a “Instalação de ar condicionado na EB1 e no refeitório do JI – Arcos”.

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO:** PINTURA INTERIOR DO CEMITÉRIO DE POUSADA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Pintura interior do cemitério de Pousada** tendo apresentado o respetivo orçamento e fatura.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **1 422,52€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de CRESPOS E POUSADA no valor de 1 422,52€ (mil, quatrocentos e vinte e dois euros e cinquenta e dois cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 1 422,52€ (mil, quatrocentos e vinte e dois euros e cinquenta e dois cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA**.

Braga, 29 de dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** REQUALIFICAÇÃO DO ADRO E DO PARQUE DA IGREJA PAROQUIAL DE MERELIM (S. PEDRO)

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação do adro e do parque da Igreja Paroquial de Merelim (S. Pedro)** tendo apresentado o respetivo orçamento e fatura.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **336 278,63€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS no valor de 336 278,63€ (trezentos e trinta e seis mil, duzentos e setenta e oito euros e sessenta e três cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 200 000,00€ (duzentos mil euros)**
- b) Em 2025, um valor de 136 278,63€ (cento e trinta e seis mil, duzentos e setenta e oito euros e sessenta e três cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS**.

Braga, 03 de janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** Requalificação da Rotunda da Rua Frei José Vilaça (Igreja de Ferreiros) – Ferreiros e Gondizalves

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **FERREIROS E GONDIZALVES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a realização da **“Requalificação da Rotunda da Rua Frei José Vilaça (Igreja de Ferreiros)”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor global de **11 448,00€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de FERREIROS E GONDIZALVES no valor 11 448,00€ (onze mil, quatrocentos e quarenta e oito euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 11 448,00€ (onze mil, quatrocentos e quarenta e oito euros);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução das obras, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **FERREIROS E GONDIZALVES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **FERREIROS E GONDIZALVES**.

Braga, 05 de Janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*



## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** Trabalhos realizados em terreno adjacente à Rua do Parque Industrial de Adaúfe

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **ADAÚFE** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a realização da **“Trabalhos realizados em terreno adjacente à Rua do Parque Industrial de Adaúfe”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor global de **24.541,92€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de ADAÚFE no valor 24.541,92€ (vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e um euros e noventa e dois cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) **Em 2024, um valor de 24.541,92€ (vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e um euros e noventa e dois cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução das obras, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **ADAÚFE**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **ADAÚFE**.

Braga, 05 de Janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** PROLONGAMENTO DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NA AV. IMACULADA CONCEIÇÃO - ADAÚFE

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **ADAÚFE** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Prolongamento da rede de águas pluviais na Av. Imaculada Conceição** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **2 964,57€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de ADAÚFE no valor de 2 964,57€ (dois mil, novecentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 2 964,57€ (dois mil, novecentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **ADAÚFE**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **ADAÚFE**.

Braga, 08 de janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** TRABALHOS REALIZADOS DE LIMPEZA E REPARAÇÃO DE BURACOS – GUISANDE E OLIVEIRA (S. PEDRO)

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **GUISANDE E OLIVEIRA (S. PEDRO)**, solicitou o apoio desta Câmara Municipal para **Trabalhos realizados de limpeza e reparação de buracos** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 309,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de **GUISANDE E OLIVEIRA (S. PEDRO)** no valor de **3 309,00€ (três mil, trezentos e nove euros)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

**a) Em 2024, um valor de 3 309,00€ (três mil, trezentos e nove euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **GUISANDE E OLIVEIRA (S. PEDRO)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **GUISANDE E OLIVEIRA (S. PEDRO)**.

Braga, 08 de janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO:** AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE ARENTIM

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **ARENTIM E CUNHA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Ampliação do Cemitério de Arentim** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **300 000,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de ARENTIM E CUNHA no valor de 300 000,00€ (trezentos mil euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 150 000,00€ (cento e cinquenta mil euros);**
- b) Em 2025, um valor de 150 000,00€ (cento e cinquenta mil euros).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **ARENTIM E CUNHA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **ARENTIM E CUNHA**.

Braga, 09 de janeiro de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*



## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** Realização de espaço verde no loteamento da Rua da União - Tadim

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **TADIM** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a realização de **“Realização de espaço verde no loteamento da Rua da União”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor global de **16.960,00€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de TADIM no valor 16.960,00€ (dezasseis mil, novecentos e sessenta euros)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) **Em 2024, um valor de 16.960,00€ (dezasseis mil, novecentos e sessenta euros);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução das obras, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **TADIM**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **TADIM**.

Braga, 10 de Janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** SUBSTITUIÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS NA RUA DA BOUÇA – MERELIM S. PAIO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MERELIM S. PAIO, PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Substituição de abrigo de passageiros na Rua da Bouça – Merelim S. Paio** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 100,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MERELIM S. PAIO, PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES no valor de 3 100,00€ (três mil e cem euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 3 100,00€ (três mil e cem euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **MERELIM S. PAIO, PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **MERELIM S. PAIO, PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES.**

Braga, 10 de janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### Aditamento/Reforço de Verba

**ASSUNTO:** REFORÇO DE VERBA – PROJETO – “CENTRO DE ATIVIDADES DE LAMAÇÃES” – NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Câmara Municipal de Braga já concedeu um Apoio Financeiro à União de Freguesias de **Nogueira, Fraião e Lamações** no valor de **23 337,87€** para o **Projeto – “Centro De Atividades De Lamações”**;

Considerando que no decorrer do procedimento para a execução da referida obra demonstrou-se a necessidade de haver um Reforço da Verba inicialmente atribuída;

Considerando que a União de Freguesias de **Nogueira, Fraião e Lamações** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Reforço de Verba - Projeto – “Centro De Atividades De Lamações”**, investimento

fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

**Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação do orçamento, no valor de 9 024,01€, incluído o valor do IVA à taxa legal.**

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

**PROPONHO:**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações no valor de 9 024,01€ (nove mil e vinte e quatro euros e um cêntimo), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor 9 024,01€ (nove mil e vinte e quatro euros e um cêntimo);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **Nogueira, Fraião e Lamações**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **Nogueira, Fraião e Lamações**.

Braga, 10 de Janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO:** INTERVENÇÕES NA PISCINA DE MERELIM S. PEDRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para **Intervenções na Piscina de Merelim S. Pedro** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **5 212,19€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS no valor de 5 212,19€ (cinco mil, duzentos e doze euros e dezanove cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 5 212,19€ (cinco mil, duzentos e doze euros e dezanove cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS**.

Braga, 11 de janeiro de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*



## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO:** INTERVENÇÕES NA PISCINA DE NOGUEIRÓ

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **NOGUEIRÓ E TENÓES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para **Intervenções na Piscina de Nogueiró** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **5 546,81€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de NOGUEIRÓ E TENÓES no valor de 5 546,81€ (cinco mil, quinhentos e quarenta e seis euros e oitenta e um cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 5 546,81€ (cinco mil, quinhentos e quarenta e seis euros e oitenta e um cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **NOGUEIRÓ E TENÓES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **NOGUEIRÓ E TENÓES**.

Braga, 11 de janeiro de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO:** INTERVENÇÕES NA PISCINA DE DUME

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **REAL, DUME E SEMELHE** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para **Intervenções na Piscina de Dume** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **19 525,09€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de REAL, DUME E SEMELHE no valor de 19 525,09€ (dezanove mil, quinhentos e vinte cinco euros e nove centimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 19 525,09€ (dezanove mil, quinhentos e vinte cinco euros e nove centimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **REAL, DUME E SEMELHE**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **REAL, DUME E SEMELHE**.

Braga, 11 de janeiro de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** INSTALAÇÃO DE VIDEOPORTEIRO NA EB1 DE TEBOSA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **TEBOSA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Instalação de videoporteiro na EB1 de Tebosa** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **1 150,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de TEBOSA no valor de 1 150,00€ (mil, cento e cinquenta euros)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

**a) Em 2024, um valor de 1 150,00€ (mil, cento e cinquenta euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **TEBOSA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **TEBOSA**.

Braga, 15 de janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO NA EB1 E NO REFEITÓRIO DO JI - ARCOS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de LOMAR E ARCOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Instalação de ar condicionado na EB1 e no refeitório do JI** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Unidade de Apoio às Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **8 878,02€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de LOMAR E ARCOS no valor de 8 878,02€ (oito mil, oitocentos e setenta e oito euros e dois cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 8 878,02€ (oito mil, oitocentos e setenta e oito euros e dois cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de **LOMAR E ARCOS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de **LOMAR E ARCOS**.

Braga, 16 de janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*